



Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

Indignai-vos!

Egídio Chaimite

Este é o título da obra do diplomata e resistente francês, Stephen Hessel, que participou na redacção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948¹. Inicialmente publicado em 2010, reeditado e traduzido em mais de 30 línguas, este *best-seller* de 32 páginas é comumente apresentado como um manifesto contra a indiferença, contra a apatia e a resignação. A alternativa é a “indignação”, defende Hessel. A indignação, diz ele, é um sentimento universal; “ (...) sentimento sem um objectivo ou uma posição política determinada”. Para o “cavalheiro indignado” ou “o indignado mundializado”, como era conhecido, a indignação cimenta a esperança e esta conduz ao engajamento e à resistência. Uma resistência contra as desigualdades sociais, contra o desemprego, contra a pobreza e todas as outras formas de discriminação e de injustiça. Foi nesta perspectiva que o seu opúsculo inspirou (e continua inspirando) inúmeros movimentos de protesto pelo mundo. O movimento dos “Indignados”, na Espanha, e o “Occupy Wall Street”, nos Estados Unidos da América (EUA), são alguns dos exemplos.

Segundo Hessel, a indignação, e com ela a esperança, o engajamento e a resistência, está associada à nossa responsabilidade enquanto indivíduos. Diz ele, “você são responsáveis enquanto indivíduos”, por isso “ (...) olhem à volta e encontrarão os temas que justificam a indignação”. Dirigindo-se especificamente aos jovens, o “cavalheiro indignado” refere: “ (...) digo aos jovens: procurem um pouco, vocês vão encontrar. A pior das atitudes é a indiferença, é dizer não posso fazer nada; estou me virando”. Neste texto, procuramos algumas razões que nos impelem à indignação em Moçambique. Encontramos muitas, desde o desemprego, a pobreza, as desigualdades sociais, até a arrogância, a prepotência e a intolerância política. Mas a nossa maior indignação actual está associada ao ambiente de guerra que se vive no país. É sobre este aspecto que nos debruçamos a seguir.

Guerra e diálogo

Designação recusada por alguns, incluindo o Governo, o cenário que se vive em Moçambique é de guerra, declarada ou não. Uma guerra que já ceifou vidas humanas, entre militares e civis, provocou deslocados, reatriu a produção, o comércio e o investimento, sobretudo nas zonas mais afectadas pelos confrontos armados. Alguns já estimavam que ela chegaria, só não se sabia quando². A intolerância política, a exclusão, o aumento da pobreza e das desigualdades foram amplamente apontados como sendo parte das possíveis causas. Os relatórios (até oficiais) e estudos diversos confirmam essa triste realidade, muitas vezes refutada pelas autoridades moçambicanas. Paralelamente, foram sendo aumentadas as expectativas (defraudadas) dos cidadãos, frequentemente confrontados, não só com informação sobre crescimento económico anual na ordem de 7%, mas também sobre a descoberta, prospecção ou exploração de (novos?) recursos naturais, como petróleo, gás natural, carvão e areias pesadas, sem que isso se traduza na melhoria das suas condições de vida.

Os partidos da oposição, cada vez mais fracos (internamente) e enfraquecidos (pelo partido-Estado Frelimo), foram sendo marginalizados e excluídos do campo político moçambicano. A Renamo, considerada ainda a segunda maior força política do país, e a maior da oposição, fortemente afectada pela redução da renda proveniente da sua representação parlamentar, o que limita o sustento da sua rede clientelista e ameaça a sua posição no cenário político do país, viu-se compelida a adoptar novas estratégias. Em 2012, enceta as primeiras tentativas de negociação com o Governo, com o objectivo de discutir o pacote eleitoral, que considera favorável ao partido Frelimo, e dois aspectos, em parte, atinentes à implementação do Acordo Geral de Paz, de que foi signatária em 1992: a questão da integração dos seus (ex) guerrilheiros nas Forças Armadas de

Moçambique (FADM) e a (des) partidização do aparelho do Estado.

Do debate, aparentemente banal, em torno da designação dos encontros entre o Governo e a Renamo, não se podia antever uma situação de confrontação militar, como se verificou pouco depois. A delegação da Renamo dizia estar em negociações com o Governo da Frelimo e este dizia que eram meras conversações, que se enquadravam na sua abertura, não só para a auscultação da Renamo, mas de todas e quaisquer formações político-partidárias do país e da sociedade civil de uma forma geral. A “discussão” em torno da designação desses encontros revela, desde o início, a tentativa dos dois actores de definirem as suas posições (de força) no “diálogo”, como ficaram posteriormente conhecidos estes encontros, e isso teve as suas implicações: o “diálogo”, que passou a decorrer às segundas-feiras no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, era, na verdade, um conjunto de monólogos³. De ambos lados, não havia abertura, não havia cedências e, no fim dos encontros, não havia acordos. Depois de dezanove rondas sem grandes avanços, a Renamo decide abandonar, evocando a necessidade de mediação para facilitar as conversas e estabelecer, *de facto*, um diálogo. A exigência da Renamo foi rejeitada e, durante algum tempo, a delegação do Governo passou a efectuar sozinha as “rondas” no Centro de Conferências Joaquim Chissano.

Enquanto isso, a tensão política degenerava em tensão militar. A violência não tardou. Em Abril de 2013, quatro polícias e um militante da Renamo são mortos num ataque contra uma esquadrã da polícia na vila de Muxúnguê, na província central de Sofala. A Renamo justifica o ataque como sendo uma retaliação à invasão da sua sede no dia anterior. No mesmo período começam os ataques na Estrada Nacional n° 1. Autocarros e camiões são incendiados. O paiol de Savane, no distrito de Dondo, província de Sofala, é atacado. Militares e civis são mortos nas incursões. Os discursos belicistas

intensificam-se, sobretudo quando se aproximava o período de realização das quartas eleições autárquicas do país. O líder da Renamo ameaça dividir o país, caso as eleições se realizassem. Do lado do Governo, enquanto o Presidente da República assegurava que “ (...) permanece firme na sua determinação de, pela via do diálogo, encontrar resposta” à crise político-militar, avançava com os preparativos para o ataque e invasão da base militar da Renamo localizada em Satungira, no distrito de Gorongosa, província de Sofala, onde se encontrava instalado o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. O ataque viria a ser concretizado meses depois, a 21 Outubro de 2013, quatro dias depois deste ter declarado que deixaria livre o troço Save-Muxungué, caso o Presidente da República, Armando Guebuza, ordenasse a cessação das escoltas militares naquele troço. Antes, a liderança das FADM já havia sido refrescada com a exoneração do seu chefe do Estado-Maior General, Paulino Macaringue, substituído por Olímpio Cambona, que entrou para o exército oriundo da antiga guerrilha da Renamo.

Perante a incapacidade das duas delegações em ultrapassar os impasses, aventou-se a hipótese da solução *par le haut* (por cima). A expectativa era de que um encontro entre o líder da Renamo e o Presidente da República estancaria a crise, a violência e as mortes. Esse encontro não teve ainda lugar. Enquanto Armando Guebuza se mostrava relutante em abandonar a capital para se encontrar com Afonso Dhlakama na sua base em Satungira, este também negava sair das matas, alegadamente porque, ao sair, a sua base seria atacada pelas forças governamentais que o cercavam desde que lá se fixou em 2012.

Os monólogos não quebravam, os impasses continuavam e o conflito alastrou-se. De Gorongosa, Maríngwè e Chibabava, em Sofala, há já registo de ataques, de mortes e de deslocados em Homoine e Funhalouro, na província de Inhambane, no sul do país. A própria Renamo anunciou abertamente que seus homens se reagrupariam em todo país e já há informação sobre a existência destes na província nortenha de Nampula. Paralela, e paradoxalmente, a mesma Renamo anunciou que participaria nas eleições gerais marcadas para finais do presente ano.

As eleições aproximam-se. O recenseamento,

cujo início havia sido marcado para 29 de Janeiro, foi adiado para o período compreendido entre 15 de Fevereiro a 29 de Abril. Sobre as razões do adiamento, o Governo salientou que foi a pedido da Renamo. Finalmente, quebraram-se os monólogos e o diálogo começou, três meses depois do primeiro encontro. A questão da presença de observadores nacionais e de facilitadores e mediadores internacionais foi ultrapassada. O Governo aceitou os observadores nacionais. As actas pendentes desde a primeira sessão foram todas assinadas. Parece haver “fumo branco” em Fevereiro, confirmando o vaticínio de Afonso Dhlakama, dois meses antes: “Este ano [2013] pode não ser, mas em Janeiro ou Fevereiro vamos ter paz”.

“Fumo branco”, mas exclusão e tensão contínua

Os avanços no diálogo, manifestados pelas recentes cedências e pela assinatura das actas e dos acordos, podem parar o conflito mas não as suas causas, nomeadamente, a intolerância, a arrogância, a exclusão e discriminação política, económica e social. A forma como a paridade nos órgãos eleitorais foi acordada, por exemplo, ilustra claramente como a Renamo pretende perpetuar a tendência de limitação do processo decisório para si e para a Frelimo, excluindo praticamente as demais forças políticas e a sociedade civil de uma forma geral, tal como aconteceu nos últimos 20 anos. Aliás, com a adopção do princípio da paridade nos órgãos eleitorais repete-se em grande medida o modelo de composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que foi insuficiente para evitar o clima de desconfiança sobre estes órgãos e acusações de fraude. A paridade, não só é uma falsa solução ao clima de desconfiança sobre os órgãos eleitorais mas também, nas actuais condições políticas, pode reforçar esse clima e, potencialmente, alimentar conflitos pós-eleitorais. Ao mesmo tempo, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), igualmente representado no Parlamento, já veio a público manifestar o seu interesse em participar no diálogo, alegadamente porque “O destino político do país passa necessariamente pelas três forças representadas no Parlamento”⁴, mas sem sucesso.

De facto, o destino político do país passa pelas três forças representadas no Parlamento, mas não é da exclusividade destas. Os outros partidos políticos e a sociedade civil de uma forma geral devem expressar-se, exigir a sua participação e manifestar a sua indignação, tanto com a guerra assim como com a tentativa de monopolização do “diálogo” e do espaço político moçambicano, sobretudo quando se discutem questões de interesse nacional, como é o caso da distribuição da riqueza, despartidarização do aparelho do Estado e a desmilitarização da Renamo. A guerra tem como principais actores a Renamo e o Governo da Frelimo, mas as suas consequências são reflectidas na sociedade de uma forma geral. São os moçambicanos que são afectados pela guerra, independentemente da cor da pele, do sexo, da idade, da religião, da etnia, da filiação partidária, etc. Os moçambicanos devem-se indignar!

Essa indignação é contra as injustiças. A guerra é uma delas. E é perpetrada contra o povo moçambicano. Ela e as suas causas devem ser combatidas por todos os moçambicanos. As formas de combate são diversas. Hessel opôs-se à violência e chamou “insurreição pacífica” a práticas como os *sit-in*, as marchas e as greves. Podemos acrescentar o protesto. Neste, o voto é central. As marchas de Outubro e Novembro de 2013, já demonstraram que há capacidade. Mas é preciso mobilizar essa capacidade. Caso contrário, permanecendo indiferentes, vamos pagando o preço da nossa convivência e da “ (...) nossa incapacidade colectiva”, citando Salomão Moyana

1. Hessel, Stephen (2010), *Indignez-vous!*, Montpellier, Indigène éditions, colecção « Ceux qui marchent contre le vent », 32 p.

2. Ver Francisco, António (2008), “Key triggers and Constraints for civic action in Mozambique: Bad things come in threes (“Não Há Duas Sem Três”)”, Documento apresentado no *Workshop* sobre capacitação da sociedade civil, Johannesburg, 22-23 de Abril.

3. Muitas das ideias expressas neste texto são inspiradas do debate realizado em Maputo, nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2013, com a participação de académicos e intelectuais moçambicanos. Do referido debate, foi publicado um texto, reflectindo a posição destes sobre o actual situação sociopolítica e económica do país.

4. Extracto retirado do comunicado lido pelo Presidente do MDM, Daviz Simango, a 9 de Fevereiro de 2014, reclamando a inclusão do seu partido no diálogo